

Thomas Jefferson ou a transição da democracia¹

Michael Hardt

Não poderia deixar de soar estranho falar sobre Thomas Jefferson, figura que ocupa um lugar de destaque no panteão norte-americano, e que tem para o moderno pensamento revolucionário a mesma importância que tiveram Vladimir Lenin, Mao Tse-Tung e Fidel Castro. Com efeito, o governo norte-americano tem sido, há quase um século, a principal força anti-revolucionária do mundo, em seu empenho para eliminar movimentos revolucionários, conspirando abertamente para a derrubada de governos revolucionários vitoriosos e apoiando forças contra-revolucionárias mundo afora. Por outro lado, tradições políticas nacionais não são feitas do mesmo tecido; às vezes, sua trama contém surpreendentes divergências e contradições. Esta atual vocação “anti-revolucionária” norte-americana faz, na verdade, com que fique ainda mais interessante descobrir o coração do pensamento de um revolucionário como Thomas Jefferson. Em alguns dos escritos mais radicais de Jefferson, é difícil não se assustar com o abismo que separa seu pensamento daquele que vigora nos Estados Unidos de hoje, sua ideologia, sua constituição, seu sistema político e sua cultura.

Passada a surpresa inicial pelo fato do pensamento de Jefferson pertencer à tradição revolucionária, temos que reconhecer como ele ainda tem importantes contribuições a fazer e o quanto pode nos ajudar a superar alguns dos principais obstáculos para pensar a revolução hoje. As declarações de independência proclamadas por Jefferson ao longo de sua vida serviram não apenas para separar as colônias do poder colonial, como também, e sobretudo, procuraram manter viva a busca pela liberdade no seio da sociedade – no empenho de conceber uma maneira de o processo revolucionário continuar indefinidamente, na instituição de um governo que os revolucionários do século XVIII qualificavam como de

1 Este artigo consiste na introdução de Michael Hardt à coletânea de textos escolhidos de Thomas Jefferson intitulada *The Declaration of Independence* (Nova York: Ed. Verso, 2007), © Verso 2007. Todas as citações feitas pelo autor foram traduzidas diretamente do texto, assim como foram conservadas as referências originais do inglês. Tradução de Pedro Mendes, Felipe Cavalcanti e Leonora Corsini.

‘felicidade geral’ (*public happiness*) e, finalmente, como meio de realizar o auto-governo e a democracia.

Na minha opinião, a melhor forma de captar a contribuição de Jefferson para o pensamento revolucionário contemporâneo é focalizar o seu conceito de *transição revolucionária*. Como todo grande pensador revolucionário, Jefferson compreendeu bem que o evento revolucionário – a ruptura com o passado e a destruição do antigo regime – não significa propriamente o fim da revolução, mas apenas seu começo. O evento revolucionário “abre” um período de transição que aponta para a realização dos objetivos da revolução. O conceito de transição, entretanto, é hoje um obstáculo fundamental para o pensamento e a prática revolucionária. Os meios (freqüentemente autoritários) empregados nas “transições revolucionárias” normalmente entram em conflito, e até mesmo contradizem, os fins (democráticos) desejados; mais ainda, essas transições parecem nunca chegar ao fim. Os viajantes desta longa jornada pelo deserto acabam se perdendo, não conseguem se aproximar da terra prometida; e o líder com o grande cajado começa a se parecer demais com o antigo faraó. De fato, quando os revolucionários começam a falar em “transição” hoje em dia, é bom prestar atenção: provavelmente estarão tramando alguma coisa!

Por outro lado, o pensamento de Jefferson propõe uma nova concepção de transição, que pode ajudar o pensamento revolucionário a contornar os atuais obstáculos. Ele reúne, provocativamente, constituição e rebelião, por um lado; e transição e democracia, por outro. Em outras palavras, para Jefferson, o trabalho da revolução deve continuar incessantemente, reabrindo periodicamente o processo constituinte, através do qual a população se prepara para a democracia através de práticas democráticas.

Antes de prosseguirmos no conteúdo revolucionário do pensamento de Jefferson, é necessário apontar algumas dificuldades de lê-lo nesse contexto. Jefferson não é um pensador sistemático e, apesar de suas obras completas preencherem dúzias de volumes, ele não deixou nenhum tratado ou ensaio político. A vasta maioria de seus escritos, e os mais interessantes dentre eles, consiste em sua correspondência com amigos e figuras públicas. Essas cartas tratam principalmente de eventos contemporâneos, utilizando-os como ponto de partida para reflexões políticas e filosóficas mais gerais. Além disso, as cartas são sempre redigidas tendo destinatário específico: a John Adams, por exemplo, Jefferson expressa visões muito mais moderadas do que quando se dirige a James Madison. As cartas exigem, portanto, um método de leitura diferente dos textos tradicionais de teoria política, partindo de questões específicas para discussões gerais.

Além disso, Jefferson não raro se contradiz, tanto em seus escritos quanto em suas ações como político. Ler sua obra, neste sentido, demanda um rigoroso processo de seleção a fim de identificar e reunir suas idéias mais interessantes em conjuntos coerentes.

Naturalmente, o que se pretende aqui não é elaborar uma imagem mais equilibrada do pensamento de Jefferson como um todo, mesmo que isso fosse possível, tendo em vista um pensador tão pouco sistemático e de tamanho alcance. Esta seleção, portanto, não tem o objetivo de ser representativa – de fato, qualquer um poderia selecionar textos com um enfoque totalmente diferente. O objetivo desse texto, ao contrário, é descobrir e aprender com o que permanece sendo revolucionário no pensamento de Jefferson.

Finalmente, devemos sempre ter em mente os elementos reacionários de seu pensamento e prática políticos, mesmo em se tratando do que Jefferson tem a contribuir para a tradição revolucionária. Por esse motivo, incluí, ao final desta antologia, uma seleção dos escritos de Jefferson sobre a questão racial, nos quais ele tece considerações a respeito dos negros escravos e dos nativos americanos. Esses textos podem ajudar o leitor a reconhecer não só as opiniões racistas de Jefferson, mas também suas ações racistas enquanto proprietário de escravos e figura central na destruição da terra e da cultura dos nativos americanos. Um projeto útil e fascinante seria explorar o quanto a inabilidade de Jefferson para pensar a igualdade racial pode corresponder às contínuas formas de desigualdade que persistem na sociedade e na cultura norte-americanas de hoje, mas isso estaria, sem dúvida, além dos objetivos deste livro. Por outro lado, acreditamos que a leitura do presente texto pode servir, minimamente, para mantermos um distanciamento saudável e não incorreremos em nenhuma celebração acrítica de Jefferson.

Transição enquanto solução e problema

Antes de passarmos a explorar a noção que Jefferson possuía sobre transição, devemos delinear o papel deste conceito e as dificuldades a ele relacionadas na moderna tradição revolucionária. Foi Lenin quem propôs a função da transição com maior clareza e realismo, e suas análises efetivamente serviram para balizar toda a discussão que se seguiu sobre o tema. Para Lenin, o processo de transição resolve uma dilema central da revolução: o papel do poder Estatal e do governo democrático após o evento revolucionário. Por um lado, ele se coloca contra os oportunistas e social-democratas que pleiteiam que o aparato Estatal deva ser permanentemente mantido, servindo de órgão de reconciliação entre as classes. O Estado, contrapõe Lenin, é sempre um instrumento de opressão a obstruir o cami-

nho até o objetivo revolucionário de se criar uma nova e mais completa democracia: não mais uma “democracia para a minoria, apenas para as classes proprietárias, para os ricos,” mas sim uma “democracia para os pobres, democracia para o povo”.² A democracia que Lenin tem em mente é aquela em que as pessoas têm a capacidade de se auto-governar ativa e coletivamente, administrando a economia, organizando debates políticos e resolvendo os conflitos sociais, sem nenhum poder pairando acima delas. Portanto, para o bem da democracia, o Estado deve ser abolido. Por outro lado, Lenin se posiciona contra os anarquistas que propõem a abolição do Estado de uma só tacada, no dia 1 da revolução, num ato que permitiria, segundo eles, às pessoas se auto-governarem de forma democrática. Pensando primeiro em termos militares, Lenin não faz nenhuma objeção a que o aparato repressivo do Estado seja necessário para proteger a revolução contra seus inimigos. Sua segunda e mais profunda objeção política vai no sentido de que os anarquistas falham em reconhecer a real condição da população e, mais especificamente, a falta de capacidades necessárias para a auto-gestão e para a democracia. Temos que compreender como fazer uma revolução, ele insiste “de acordo com a natureza humana tal como ela está agora, uma natureza humana que não consegue agir sem subordinação, controle e direção” (*Lenin, State and Revolutions*, p.43). Não faz sentido sonhar com a política de uma população ideal – e esse é um dos vários momentos maquiavélicos de Lenin –; devemos pensar a política em termos das condições presentes, reais.

Lenin propõe sua solução, como se dentre duas posições inadequadas – a preservação do Estado pelos social-democratas e sua imediata abolição pelos anarquistas – pudesse haver um processo de transição. A revolução se realizaria ao longo do tempo. O aparato estatal não seria então abolido imediatamente, mas desapareceria gradativamente. Paralelamente, uma ditadura do proletariado substituiria a ditadura burguesa, adiando a democracia, que chegará quando a *transição* estiver completa. Os argumentos de Lenin estão aqui focados na temporalidade do evento revolucionário. Por um lado, na visão dos social-democratas, o evento revolucionário nunca se realiza e em seu lugar ocorreria apenas uma contínua série de reformas sem ruptura. Para os anarquistas, por outro lado, o evento revolucionário é pontual e absoluto, assumindo que tudo pode mudar do dia para a noite. Lenin, por sua vez, concebe o evento revolucionário como ruptura e duração, uma ruptura na história que inaugura um novo processo histórico.

2 Cf. *Lenin, State and Revolutions*, Nova York: International Publishers, 1971, p. 72-73. Todas as outras referências futuras a Lenin referem-se a esta edição.

A chave para o pensamento de Lenin, e aqui o ponto que nos conduzirá de volta a Jefferson, é o processo necessário para transformar a natureza humana, o processo que permite à multidão desenvolver as capacidades para o auto-governo. O verdadeiro erro dos social-democratas é considerarem que a multidão não é nem nunca vai ser capaz de viver democraticamente, que a natureza humana requer uma divisão entre governantes e governados e que, portanto, o poder do Estado deve ser mantido. O erro dos anarquistas, por sua vez, é presumir que a multidão já é capaz de viver democraticamente, como se as capacidades para o auto-governo fizessem parte da natureza humana e aflorassem espontânea e completamente prontas, assim que os aparatos repressivos da dominação de classe fossem removidos. O que nem os social-democratas nem os anarquistas compreenderam é que a natureza humana **pode** e **deve** ser transformada. A natureza humana, tal como ela é agora, como disse Lenin, formada através da subordinação, precisa ser renovada. Em outras palavras, as habilidades necessárias para a democracia e o auto-governo podem e devem ser aprendidas; elas requerem, para tanto, educação e prática. Com o passar o tempo, Lenin explica, “observar as regras mais simples e fundamentais da vida em comum terá se tornado um hábito” (*Lenin, State and Revolutions*, p.85). A transição revolucionária, para Lenin, é assim um período de educação e prática no qual a multidão aprende a governar a si própria, no qual a democracia se torna uma característica inerente à sua condição.

Analisando retrospectivamente a proposta de transição revolucionária de Lenin, escrita às vésperas da Revolução de Outubro, é fácil utilizar os acontecimentos históricos subsequentes para desqualificá-la. Poder-se-ia argumentar, por exemplo, que a história da União Soviética demonstra que as transições nunca acabam, que o Estado não desaparece, mas apenas assume uma nova forma. Esse tipo de raciocínio histórico, entretanto, não é suficiente para avaliar um argumento conceitual. Ao contrário, seria muito mais adequado concentrar-se nos próprios conceitos. Assim, o elemento mais frágil da noção de transição defendida por Lenin – a qual poderia figurar na descrição de algumas das tragédias da experiência soviética – reside na separação radical entre meios e fins, entre a forma de um governo de transição e os objetivos revolucionários. Eis o ponto em que Jefferson pode nos ajudar a dar um passo além do impasse do pensamento revolucionário.

Rebelião contra o governo

A primeira chave para compreendermos a noção de transição proposta por Jefferson é a relação contínua e dinâmica que existe entre rebelião e constituição, ou melhor, entre revolução e governo. A visão convencional de revolução conce-

be esses termos em sequência temporal: a rebelião é necessária para derrubar o antigo regime, mas quando ele cai e um novo governo é formado, a rebelião deve acabar. Em outras palavras, o poder constituinte da revolução deve dar lugar a um novo poder constituído. Em contraste com essa visão, Jefferson insiste na virtude e na necessidade de rebeliões periódicas – até mesmo contra o governo recém formado. O processo do poder constituinte, afirma, deve irromper continuamente e abrir passagem, através da instituição do poder constituído.³ Jefferson celebra a virtude da revolta contra o governo de forma clara e radical nas cartas em que comenta a Rebelião de Shays. No verão de 1786, enquanto Jefferson servia como ministro na França, apenas uma década após a Guerra de Independência e três anos após o tratado de paz com a Grã-Bretanha, um tribunal no oeste do estado de Massachusetts determinava a prisão dos fazendeiros que não conseguissem pagar suas dívidas, confiscando suas terras e propriedades. Os fazendeiros, muitos dos quais veteranos da Guerra de Independência – incluindo Daniel Shays, seu líder – organizaram uma frente de resistência armada para bloquear o tribunal, proteger suas propriedades e libertar seus camaradas da cadeia. Após um ano, os rebeldes foram derrotados e caçados, e seus líderes executados.

A Rebelião de Shays ocupa na história dos Estados Unidos uma posição análoga à da rebelião de Kronstadt de 1921 na história soviética. Embora este último evento tenha se dado em escala muito maior e mais sangrenta, além de também ter estado envolto em questões de conspiração internacional, ambas as rebeliões envolveram veteranos das guerras revolucionárias que desafiaram os novos governos em disputas sobre agricultura e economia; ambas foram consideradas pelos governos recém-formados como sérias ameaças, tendo sido violentamente reprimidas.

Poderíamos imaginar que a reação de Abigail Adams aos acontecimentos nos Estados Unidos fosse representativa da maioria dos colegas de Jefferson, que lutavam para formar o novo governo e se envolveram, na época, em debates sobre a Constituição. “Ignorantes, sem esperança, sem qualquer consciência ou princípios”, Abigail Adams escreve numa carta a Jefferson, “levaram uma multidão iludida a segui-los, sob o pretexto de agravos que só existiram na sua imaginação”. Jefferson, no entanto, não só não sentia a mesma indignação diante das ações dos rebeldes, como as celebrava. “O espírito de resistência ao governo”, responde, “é tão valioso em certos momentos, que gostaria que se mantivesse sempre vivo. Eventualmente será exercitado em momentos errados, mas é melhor isto do que

3 Sobre o conceito e a história do poder constituinte, cf. Antonio Negri, *Insurgencies*, Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

não ser exercitado em momento algum. Agrada-me a idéia de uma pequena rebelião, agora e sempre. É como uma tempestade na atmosfera”. Jefferson sustenta que a rebelião contra o governo é tão virtuosa que deveria não apenas ser tolerada como também encorajada.

Um elemento notável desta posição é o fato de Jefferson não defender os rebeldes apenas pela justeza de sua causa. Apesar de as notícias recebidas em Paris serem aparentemente insuficientes para permitir julgar de maneira adequada a situação em Massachusetts, a princípio, ele considerou equivocados os motivos dos rebeldes. “As pessoas não tem como estar sempre bem informadas”, escreve a William Short, prosseguindo no tema, “porém, sua ignorância não anula a virtude de sua rebelião. Se eles tivessem permanecido quietos com seus equívocos”, prossegue, “teria sido a letargia, dando os primeiros sinais da morte da liberdade do povo”. O fato de Jefferson sustentar inclusive ações baseadas na ignorância e em equívocos torna ainda mais forte seu argumento sobre a necessidade da continuidade da rebelião. A rebelião não é apenas uma questão de corrigir erros cometidos pelo governo e, nesse sentido, valiosa somente na medida em que sua causa for justa; a rebelião tem um valor intrínseco, a despeito da justeza de suas queixas e objetivos. Rebeliões periódicas são necessárias para garantir a saúde da sociedade e preservar a liberdade das pessoas. “Deus ordena que nós não passemos vinte anos sem uma rebelião como esta”, escreve Jefferson. Na sua visão, a rebelião não deveria se tornar nossa condição normal; devia, ao contrário, estar eternamente retornando. Para a eventualidade de o leitor pensar que tal concepção é muito inocente, até mesmo angelical, Jefferson agrega algumas linhas em sua carta a Short para enfatizar a brutalidade e a violência que caracterizam a rebelião. Jefferson sabe perfeitamente o quanto as rebeliões são sangrentas, mas ele aceita o sacrifício de algumas vidas quando a liberdade está em jogo. “A árvore da liberdade deve ser regada de tempos em tempos com o sangue de patriotas e tiranos. Este é seu [*sic*] fertilizante natural”. Termos como ‘patriotas’ e ‘tiranos’ remetem à retórica heróica da década anterior e da Guerra de Independência. Naquele momento, os patriotas eram os colonos rebeldes e o tirano, o rei inglês. Agora, no entanto, no contexto da Rebelião de Shays, Jefferson atribui o papel de patriotas aos rebeldes fazendeiros endividados e a posição de tirano ao novo governo. Os papéis mudaram, mas o princípio mantivera-se o mesmo. O fato de os Estados Unidos terem conseguido sua independência não diminui a virtude da rebelião contra o novo governo.

Jefferson endossa a necessidade de violência ainda mais enfaticamente ao escrever em apoio à Revolução Francesa. No sangrento ano de 1793, após

retornar aos Estados Unidos, Jefferson escreve a William Short, que o havia substituído como emissário na França, em defesa dos jacobinos. No decurso da revolução muitos culpados haviam sido mortos pelo “braço do povo” como também alguns inocentes, mas isto, em sua visão, seria um pequeno preço a se pagar. “A liberdade de todo o mundo dependia das questões em conflito, acaso alguma vez foi tão importante prêmio conquistado com tão pouco sangue de inocentes? Meus próprios sentimentos foram profundamente abalados por alguns dos mártires desta causa, mas antes assim, do que ver a metade do mundo desolada. Se restassem um Adão e uma Eva em cada país, mas restassem livres, tudo estaria bem melhor do que está agora”. Jefferson não se embaraçava por aceitar banhos de sangue pela causa da liberdade. E esta posição vale nos dois casos, na rebelião e na revolução; é impressionante como, de fato, Jefferson escreve coisas bem semelhantes sobre os dois eventos.

A virtude do contínuo retorno da rebelião corresponderia, no pensamento de Jefferson, à necessidade de uma reabertura periódica do processo constituinte. Muita gente olha para a constituição formal com demasiada reverência, considerando-a imutável. Jefferson claramente não acredita que as futuras gerações devam estar presas àqueles que moldaram originalmente a constituição. “Sendo assim, também poderíamos exigir que um homem vestisse o casaco que lhe pertenceu quando era criança”. Para Jefferson, os mortos não são nada, a terra pertence aos vivos. “Ao fim de dezenove anos cada constituição e cada lei torna-se naturalmente vencida. Caso se estenda por mais tempo, torna-se um ato de força, e não mais de direito”. Portanto, a cada vinte anos, que Jefferson calcula como sendo o tempo de passagem de uma geração para a outra, um novo processo constituinte deve jogar fora o peso morto do passado e escrever uma nova constituição baseada nos desejos e necessidades da nova geração.

Não vejo coincidência no fato de Jefferson propor, em termos muito semelhantes, o eterno retorno em intervalos de vinte anos desses dois eventos: rebelião contra o governo e a revisão da constituição. Com efeito, trata-se das duas faces de um mesmo evento: uma face, com banho de sangue e a outra, relativamente pacífica. Não se pode permitir que a sociedade se feche em torno de um poder constituído, ela deve ser periodicamente aberta a um novo processo constituinte. A questão de saber se deve ou não haver derramamento de sangue depende das circunstâncias, mas o essencial para Jefferson é que a liberdade seja mantida e que o projeto da revolução continue.

Transição e democracia

Ao juntar rebelião e constituição, Jefferson formula uma noção de transição revolucionária como algo parecido a uma revolução permanente ou, mais precisamente, como uma renovação periódica da revolução. Essa transição nunca acaba; Jefferson insiste, de fato, que ela deve ser sempre mantida viva. Significaria isto que o processo revolucionário é continuamente frustrado, nunca atingindo seus objetivos? Não, já que para Jefferson, a transição tem uma direção clara, apesar de não ter um ponto final. O que precisamos entender aqui – e essa é provavelmente a mais importante contribuição de Jefferson para a teoria revolucionária contemporânea – é que os meios e os fins da transição não estão completamente separados: a democracia é o objetivo do processo revolucionário e, paradoxalmente, também o meio para atingi-lo.

Deve-se notar, porém, que Jefferson não utiliza o termo “democracia” – raramente usado em sentido positivo pelos revolucionários daquele período –, mas seu pensamento contém um forte significado de democracia que corresponde a alguns dos usos contemporâneos mais radicais do termo. Podemos ler democracia quando Jefferson adota o termo “republicanismo”. “Tivesse eu que atribuir uma idéia precisa e definida [sobre o termo república] eu diria, pura e simplesmente, que significa um governo composto por seus cidadãos que agem em massa, direta e pessoalmente, de acordo com regras estabelecidas pela maioria; e que todo governo é mais ou menos republicano na medida em que tiver mais ou menos deste ingrediente de ação direta de seus cidadãos”. A particular insistência de Jefferson na ação direta da população no governo – e não através de representantes eleitos ou algo parecido – é um elemento que torna sua concepção de democracia tão radical. Nossa tarefa, nesse sentido, é de compreender como um governo democrático, constituído pela ação direta e participação ativa dos cidadãos, pode ser ao mesmo tempo o objetivo e o meio de atingir a transição revolucionária.

Vimos antes, junto com Lenin, que “a natureza humana conforme é agora,” treinada para ser subserviente e passiva, não é capaz de viver democraticamente. Ela possui os hábitos errados. Ou, poderíamos dizer com Spinoza, se a população é ignorante e supersticiosa, estabelecer a democracia seria simplesmente instituir o governo da ignorância e da superstição. A multidão não se transformará espontânea ou imediatamente quando do evento revolucionário. Essa é uma tarefa a ser cumprida pela transição: tornar a multidão apta para a democracia, com as habilidades, os talentos e conhecimentos necessários para o auto-governo. Eis o primeiro desafio para o pensamento revolucionário, obstáculo que, a menos que seja transposto, pode derrubar qualquer teoria.

Antes de prosseguirmos em nossa análise sobre o pensamento de Jefferson, seria útil examinar como alguns dos mais influentes e inovadores teóricos contemporâneos enfrentam essa mesma questão. Slavoj Žižek é um dos poucos pensadores contemporâneos cujo arsenal teórico é suficientemente rico para poder confrontar a questão da revolução e articular como ela pode ser concebida hoje. O elemento central da provocação de Žižek de um “retorno a Lenin”, há poucos anos, pode ser resumido na necessidade de uma transição revolucionária que seja capaz de transformar as pessoas. “Deveríamos admitir com bravura que é um dever – talvez o dever – de um partido revolucionário ‘dissolver o povo e eleger outro’”, escreve, citando ironicamente um poema de Brecht, “ou seja, levar a cabo a transubstanciação da ‘antiga’ população oportunista (a massa inerte) em um corpo revolucionário ciente de sua tarefa histórica, transformando o corpo empírico do povo em um corpo de Verdade”.⁴ Um dos grandes méritos de Žižek é insistir de maneira firme e clara na necessidade dessa transformação e criticar aqueles que não conseguem encarar esse desafio, contando ingenuamente com a virtude espontânea, a sabedoria e a bondade das pessoas. A primeira dificuldade de sua proposta, no entanto – e neste ponto Žižek aparentemente segue Lenin – é que a fonte dessa transformação vem de cima, de fora do povo. A forma de autoridade que deve liderar essa operação de transição é radicalmente diferente, talvez até contraditória, da nova e mais ampla democracia que Lenin vê como meta (embora fique menos claro se Žižek compartilha com Lenin esse ideal democrático). O segundo problema, que provavelmente deriva do primeiro, é que Žižek não propõe nenhum mecanismo para alcançar essa transformação. Provavelmente ele se refere à transubstanciação apenas para enfatizar o quão drasticamente o corpo social deve ser transformado, mas sua proposta também implica que essa operação não é um processo contínuo; ao contrário, ela envolve um salto radical cuja lógica é misteriosa, talvez até mística.

Ernesto Laclau tem igualmente contribuído para o pensamento radical e, apesar das constantes trocas de críticas envolvendo Žižek e Laclau, no tema específico que estamos tratando a visão de ambos é próxima. Difícil fazer justiça à complexidade do pensamento de Laclau sem adotar integralmente seu vocabulário altamente sofisticado e preciso, mas vamos apenas indicar o ponto de seu pensamento que corresponde ao problema em discussão aqui. Laclau considera a política democrática como o ponto final de uma extensa sequência lógica, começando pela assertiva de que o campo social é radicalmente heterogêneo e não segue uma ordem espontânea previamente dada. O processo lógico que conduz a política até

4 Slavoj Žižek, *The Parallax View*, Cambridge: MIT Press, 2006, p. 149.

a democracia começa, para Laclau, com as demandas específicas que emergem do campo social – demandas por pão, por exemplo, ou por direitos ou por serviços ou por liberdades. As correspondências entre tais demandas devem ser reconhecidas de forma que estas possam ser articuladas em conjunto formando uma cadeia de equivalentes. Essa cadeia de equivalentes deve ser composta com coerência para que uma identidade popular seja construída em meio à pluralidade – ou seja, para que o próprio ‘povo’ seja produzido. E, finalmente, a produção do ‘povo’ é a condição necessária para a democracia. A questão essencial, para Laclau, é identificar o motor movimenta essa sequência já que, a exemplo de Žižek, ele insiste que a criação do povo não é espontânea: “nada nessas demandas, se consideradas individualmente, anuncia um ‘destino manifesto’ pelo qual se deveria forjar uma unidade; nada nelas indica que devessem constituir uma cadeia”.⁵ E uma cadeia de equivalentes também não cria o povo de maneira imediata ou espontânea. O que é necessário, insiste Laclau, é que uma figura hegemônica situada acima do campo social e, a partir dessa posição transcendente, possa conduzir o processo, articulando os elementos individuais, forjando uma unidade e criando, dessa forma, o povo. Laclau revela seu embaraço quando insiste em não se tratar de uma transcendência completa, mas de uma “transcendência falha”, que, embora não seja plena, é capaz de cumprir o papel de hegemonia; de maneira semelhante, a figura hegemônica não é necessariamente o partido, mas deve realizar a função deste. Caso não acreditemos ingenuamente que a multidão se transforma espontânea e imediatamente após o evento revolucionário, incorrendo no erro que Lenin atribui aos anarquistas, somos forçados a concordar com Žižek e Laclau que o povo deve ser transformado por uma figura de autoridade ou hegemônica que se sobrepõe. O problema, mais uma vez, é a separação entre os meios e os fins determinada por essa visão: o processo hegemônico e não-democrático de transição que pretende eventualmente resultar em democracia. E aqui retornamos a Jefferson porque, embora ele também reconheça que a multidão tal como ela existe agora deva ser transformada, ele concebe o processo que deve levar à democracia como uma espécie de prática democrática.

Tal como vários outros teóricos da revolução, dos quais talvez os mais notáveis sejam Mao e Gramsci, Jefferson dedica considerável atenção à educação do povo. Escolas e bibliotecas são extremamente relevantes para essa discussão porque são essenciais na criação de novos hábitos, habilidades e conhecimentos capazes de sustentar o auto-governo democrático. Porém, o que revela mais claramente a essência da noção jeffersoniana de transição revolucionária é a proposta,

5 Ernesto Laclau, *On Populist Reason*, London, Nova York: Verso 2005, p. 162.

feita na segunda década do século XIX, de um sistema de distritos ou “pequenas repúblicas”, como uma experiência de autonomia local. Naqueles anos, Jefferson fazia repetidas críticas à falta de democracia na política e na constituição norteamericanas. Conforme vimos anteriormente, seu modelo de republicanismo consiste na ação direta, na participação dos cidadãos e no controle sobre os órgãos de poder. Assim, Jefferson cobra o fato de os Estados Unidos serem menos republicanos do que seria de se esperar. Quarenta anos após a Guerra de Independência, o processo revolucionário havia terminado e se voltado para si mesmo, fechando-se em um poder constituído. A proposta de Jefferson de reabrir o processo revolucionário consiste em dividir cada condado em distritos de maneira tal que todo cidadão possa participar em pessoa e de maneira ativa das deliberações políticas. Essas pequenas repúblicas teriam autonomia total para decidir sobre todos os assuntos locais, controlando questões de justiça, polícia, bem-estar público e daí por diante. Paralelamente, Jefferson propõe que cada distrito envie delegados para compor o escalão de governo superior – o condado – que, por sua vez, enviaria delegados para o estado o qual, finalmente, enviaria delegados ao governo nacional.

É incrível como esse esquema remete às instituições estabelecidas na Comuna de Paris, aproximadamente cinquenta anos depois.⁶ Marx admira na Comuna exatamente os mesmos elementos que Jefferson propõe para o sistema dos distritos: participação ativa, autonomia local e uma delegação em forma de pirâmide. Tanto Marx quanto Jefferson viam o governo participativo como um antídoto para a forma anti-democrática de representação parlamentar. “Ao invés de decidir a cada três ou seis anos qual membro da classe dominante deveria (mal)representar o povo no parlamento”, escreve Marx, “as medidas da Comuna apontam para a tendência de um governo do povo pelo povo”.⁷ Jefferson antecipa as palavras de Marx e acrescenta que a participação no governo transforma as pessoas: “quando Quando todo homem fizer parte da condução de seu distrito-república, ou de algum dos níveis superiores, e sentir que participa do governo dos acontecimentos, não apenas de uma eleição uma vez ao ano, mas todo dia; quando não houver um só homem no estado que não seja membro de um de seus conselhos, em maior

6 Hannah Arendt nota a similaridade entre a proposta dos distritos de Jefferson e a Comuna de Paris, juntamente com o sistema de soviets Russo e os conselhos comunistas Alemães. Ver *On Revolution*, New York: Viking 1963, p. 248-50 e 256-58. Uma diferença importante, naturalmente, é que Jefferson não reconhece tão claramente a natureza de classe de tal projeto político.

7 Karl Marx, *Civil War in France: The Paris Commune*, New York: International Publishers 1988, p. 59, 65

ou menor escala, ele fará com que seu coração lhe seja arrancado do corpo antes que algum César ou Bonaparte lhe confisque seu poder”. Na visão de Jefferson, o auto-governo participativo não está apenas em oposição à atual farsa democrática, mera legitimadora da autoridade através de mecanismos eleitorais, como cria uma população que vai lutar contra qualquer forma de autoridade que queira tomar o poder. Talvez Marx estivesse se referindo a um processo semelhante quando sugere que as estruturas da Comuna indicam uma “tendência” em direção ao governo democrático.

O aspecto mais importante da democracia participativa é a forma como ela modifica as pessoas. Ela serve de experiência educacional, treinando a multidão nas habilidades e capacidades necessárias governar a si mesmo. Devemos deixar claro que Jefferson não está repetindo o erro apontado por Lenin daqueles que acreditam ingenuamente que a democracia emerge de maneira espontânea, a partir da natureza humana. Concordando com Lenin (e, de diferentes maneiras, com Žižek e Laclau), Jefferson reconhece que a população tem que ser transformada, que um novo povo deve ser criado. Refletindo sobre os movimentos de independência sul-americanos da década de 1820, Jefferson reconhece que “as qualidades para o auto-governo na sociedade não são inatas. Elas resultam do hábito e de um longo período de prática e, portanto, haverão de requerer tempo e, provavelmente, mais sofrimento”.⁸ Criar uma nova natureza humana é, para Jefferson assim como para Lenin, uma questão de prática e de hábitos. Essa nova humanidade não é o pré-requisito sobre o qual revolução ocorrerá, mas, antes, o ‘resultado’ do processo revolucionário. “Não tenho medo de que o resultado de nosso experimento seja de que se deve confiar aos homens governarem a si mesmos sem um mestre”, escreve Jefferson a respeito da Rebelião de Shays. O lento processo de criação de uma multidão apta a governar a si própria sem um mestre – processo doloroso e, muitas vezes, sangrento – nos faz retornar mais uma vez ao tema da transição.

A diferença fundamental no pensamento de Jefferson reside no fato de os meios envolvidos na transição não estarem separados dos fins. O esquema de autonomia e participação democrática, tal como os sistemas de distritos ou a Comuna de Paris, não é o fim da transição revolucionária, mas seu principal meio. As pessoas se transformam praticando a autonomia e participando no governo. Nesse sentido, a transição não deve ser conduzida por uma figura hegemônica, seja a ditadura do proletariado ou qualquer outra força que esteja acima ou transcenda a

8 “Jefferson to Edward Everett, March 27, 1824,” in Jefferson, *Writings*, Volume 16, Andrew Lipscomb, ed., Washington (DC): Thomas Jefferson Memorial Association 1904, p. 22.

multidão. Afinal, como poderia a democracia resultar de seu oposto? A transição dirigida por uma figura hegemônica não ensina às pessoas nada sobre auto-governo; apenas reforça seus hábitos de subserviência e passividade. As pessoas só aprendem sobre democracia praticando-a. A transformação necessária – aprender a se governar sem um mestre – só pode acontecer na prática, na ação cotidiana.

Alguém poderia então argumentar que um tal conceito de ‘transição’ é paradoxal na medida em que junta meios e fins; ao pretender atingir a democracia pela democracia, ele permanece imóvel. Para resolver o paradoxo, devemos simplesmente reconhecer que meios e fins aqui não são idênticos, mas também não estão totalmente separados. A democracia almejada sempre excede a democracia praticada, por isso a transição é retomada como um processo de infinito vir-a-ser.

Vamos nos ater um pouco mais em como a noção jeffersoniana de transição mina os argumentos em favor da hegemonia. Não estamos mais presos a ter que escolher entre confiar nas capacidades espontâneas das pessoas como são agora, ou aceitar o mando de uma figura de poder hegemônica encarregada de criar um novo povo. Ao invés disso, entre essas duas opções, ou melhor, fora dessa falsa alternativa, Jefferson declara que quando as pessoas participam ativamente do governo, decidindo sobre todos os problemas que lhe concernem, seja diretamente ou através de delegados, elas se transformam. Não há um instrutor superior que vá ensiná-las as lições necessárias. O processo de transição é um auto-treinamento nas capacidades do auto-governo. Através da prática, as pessoas desenvolvem as habilidades, conhecimentos e hábitos necessários para o auto-governo e, durante o processo, uma nova humanidade é criada. Os que são formados nesse processo são confiáveis, afirma Jefferson, para governar a si próprios sem um mestre e atacarão violentamente, de fato, qualquer mestre em potencial que tentar usurpar seu poder. Eles defenderão a revolução contra seus inimigos, contra qualquer César ou Bonaparte.

Da rebelião à democracia

Como vimos, Jefferson altera radicalmente o conceito de transição ao juntar constituição e rebelião, por um lado, e transição e democracia, por outro. No entanto, seria mais exato dizer que Jefferson altera totalmente o conceito de transição, já que cada uma dessas operações conceituais implica uma nova temporalidade do evento revolucionário. Não há mais um começo e um fim – que o conceito de transição parecia requerer – mas um evento incessantemente repetido, um processo revolucionário sem fim.

A primeira operação conceitual, que junta constituição e rebelião, torna o tempo da revolução uma repetição periódica. Daí em diante, o evento revolucionário não acontecerá apenas uma vez. Cada geração deve manter vivo o espírito da revolução contra o governo, revisando a constituição e reabrindo o processo constituinte. Em outras palavras, a única maneira de se manter fiel à revolução é repetindo-a. Consequentemente, a figura temporal do evento revolucionário é o eterno retorno – não o retorno do mesmo, é claro, mas o retorno do diferente, ou seja, daquilo que cada geração julga diferente.

A segunda operação conceitual, que toma a democracia simultaneamente como meio e fim, desmantela de forma ainda mais dramática o tradicional conceito de transição. Essa relação entre meios e fins é, de fato, como uma espiral em expansão. A democracia almejada sempre excede a democracia praticada, de forma que, na medida em que a democracia praticada expande através do processo de auto-treinamento, expande também a democracia almejada, o horizonte do auto-governo. O treinamento pela prática, em outras palavras, nutre o poder da imaginação política e o desejo. Portanto, nessa perspectiva, o real evento revolucionário é a transformação progressiva da humanidade, a constante auto-construção democrática da multidão. A revolução deixa de ser um acontecimento isolado, para ser um processo incessante de vir-a-ser.

Assim, o aspecto mais importante da concepção jeffersoniana de processo revolucionário não é a sua dimensão temporal, mas sua substância. O verdadeiro cerne do evento revolucionário é a metamorfose da multidão, o desenvolvimento de novas habilidades, conhecimentos e hábitos necessários para governar a si própria sem mestres, em passo com a expansão de sua imaginação e de seu desejo por democracia. O evento revolucionário não é um abismo sem conteúdo e não vem do exterior; é um processo imanente, um aprendizado da democracia na sua prática, uma auto-transformação.

E da democracia à rebelião

Contudo, esse enfoque da democracia não nos deve fazer esquecer a insistência de Jefferson na rebelião para o bem da sociedade, para sua saúde. Em outras palavras, não devemos assumir que, uma vez que o processo democrático tenha se instalado, a rebelião contra o governo não é mais necessária e desejável. Mesmo que Jefferson advogue a necessidade das rebeliões contra a tirania em todas as suas formas, ele não clama por rebelião apenas quando as coisas vão mal; tampouco acredita que, para ser virtuosa, a rebelião precisa estar assentada em causas justas. O constante vir-a-ser do processo revolucionário precisa ser pontu-

ado periodicamente por rupturas (muitas vezes sangrentas). Assim, o pensamento revolucionário de Jefferson movimenta-se para a frente e para trás entre esse dois pólos: da rebelião para a democracia e da democracia para a rebelião.

E por quê Jefferson advogaria rebeliões periódicas, mesmo quando a revolução já tenha inaugurado um processo democrático? Uma possível resposta é que, com o tempo, o processo revolucionário tende a se acomodar – seja pelas mãos de inimigos internos e externos, ou simplesmente por causa da corrupção e do esgotamento –; neste caso, a rebelião periódica seria uma maneira de se manter fiel ao evento revolucionário, renovando-o. Uma outra resposta é que, mesmo quando o processo democrático avança, ele precisa atravessar obstáculos que não podem ser superados sem a ruptura provocada pela rebelião. Novas tiranias emergem ou tornam-se visíveis bloqueando o processo de transformação democrática. (É pouco provável, por exemplo, que o sistema de distritos proposto por Jefferson pudesse ser implantado no alvorecer do século XIX sem algum ato de força). Mas, apesar destas duas respostas estarem corretas, elas ainda não chegam ao cerne da questão.

A dinâmica entre democracia e rebelião deve ser entendida nos termos da noção jeffersoniana de transformação da natureza humana, de uma ontologia constitutiva. Neste contexto, podemos vislumbrar o quão absurdas e inúteis são aquelas discussões sobre os humanos serem naturalmente bons ou intrinsecamente maus. (A propósito, eles não são nem uma coisa nem outra). O fato relevante para a política é a natureza humana ser suscetível a mudanças, os humanos poderem se tornar diferentes. É assim que a dedicação à educação ocupa um papel central, como vimos antes, no pensamento revolucionário de Jefferson. O processo revolucionário requer um remodelamento da natureza humana tal que possa destruir hábitos de servidão e desenvolver as capacidades de auto-governo. Em paralelo, cresce também a imaginação política e os desejos, que podem levar a situação política presente sempre mais além. A satisfação com o regime político é sinal não de saúde política, na visão de Jefferson, mas de letargia, do início da morte da liberdade pública. A rebelião é a forma como cada geração joga fora as antigas e as novas formas que a confrontam, é a maneira como ela expressa a disjunção entre seus desejos e a realidade política, impondo uma ruptura que deslança um novo ciclo “educacional” de transformação da natureza humana.

Esse contínuo movimento entre rebelião e processo democrático marca de maneira radical a incongruência entre os ideais revolucionários de Jefferson e a história dos Estados Unidos. Numerosos esforços heróicos de rebelião contra o governo norte-americano, assim como vários projetos de autonomia local e parti-

cipação democrática foram de fato lançados, mas com uma frequência e sucesso que são uma pálida sombra daquilo que Jefferson imaginava.⁹ Assim, o prestígio da figura de Jefferson no panteão norte-americano poderia servir para renovar estas discussões e para abrir espaços para a participação e para a rebelião.

Em nossos dias, no entanto, já não podemos considerar essa dinâmica no interior do espaço nacional, como Jefferson fez; temos que tentar compreendê-la em um território global, num contexto que obviamente traz enormes desafios, mas também oportunidades surpreendentes. Temos que imaginar que estruturas de autonomia e participação democrática podem servir para treinar a multidão nas habilidades necessárias para o auto-governo hoje em dia e, mais ainda, insuflar o desejo e a imaginação de uma nova e mais ampla democracia. Temos que descobrir quais formas de rebelião podem irromper e transformar com sucesso a ordem imperial global, abrindo para novos processos democráticos constituintes. Para alcançar isto, deveríamos primeiro observar como as pessoas ao redor do mundo colocam em prática novas formas de participação democrática e novas formas de rebelião.

Tudo isso faz com que tenhamos que ir além daquilo que Jefferson propôs. No entanto, seu pensamento revolucionário nos oferece os meios para pensar a transição revolucionária hoje, entre democracia e rebelião, impondo, neste sentido, uma agenda rigorosa: uma rebelião a cada vinte anos, pelo menos. Pelos meus cálculos, estamos bastante atrasados.

■.....**Michael Hardt** é professor de Literatura e de Italiano da Universidade de Duke nos Estados Unidos da América. Entre outros livros, escreveu, junto com Antonio Negri, *Império e Multidão: guerra e democracia na era do Império*.

9 W.E.B. Du Bois, em vários sentidos o legítimo herdeiro do pensamento de Jefferson na tradição norte-americana, nos dá um exemplo deste revezamento entre rebelião e democracia na descrição da “greve geral” nas fazendas escravocatas durante a Guerra Civil e o processo democrático no período pós-guerra. Cf. *Black Reconstruction*, Nova York: Russel & Russel, 1935.

